

## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), Everton Fonseca (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Imprensa responsável

Não existe democracia sem liberdade de expressão, mas abusos precisam ser reparados com equilíbrio

Ditaduras modernas já não recorrem a tanques nas ruas para se instalar no poder, mas nem por isso abrem mão da censura em sua escalada antidemocrática. É que a imprensa livre ajuda a fiscalizar o governo de turno, sujeitando-o a críticas públicas com as quais nenhum líder autoritário aceita conviver.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal precisam ter isso em mente ao concluir o julgamento sobre um pedido de indenização feito ao Diário de Pernambuco por entrevista publicada em 1995.

A ação ganhou relevância porque tem repercussão geral. Significa dizer que, para além da decisão na situação concreta, o STF definirá, de forma mais ampla, se e em quais casos um veículo de comunicação pode ser condenado a pagar danos morais quando um entrevistado imputa, de forma falsa, a prática de um ato ilícito a alguém.

Está em jogo um embate clássico entre dispositivos que desfrutam do mesmo status na Constituição. De um lado, a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem; de outro, a liberdade de expressão e a garantia de acesso à informação, tendo como corolário a liberdade de imprensa.

Seria um erro supor que exista resposta simples para o dilema. Se a ninguém interessa viver indefeso contra violações dos direitos da personalidade, tampouco se cogita uma sociedade democrática em que as ideias não possam circular

como um direito difuso e universal.

A solução mais razoável que se tem encontrado consiste em rechaçar toda forma de censura e, como contrapartida, criar mecanismos para reparar eventuais excessos cometidos pela imprensa.

Se foi esse o caminho escolhido pela Constituição de 1988 e recepcionado com pompa pelo Supremo, segue-se que a responsabilização jamais pode ser de tal monta ou tão frequente que, na prática, torne-se censura disfarçada.

Para ficar num exemplo extremo, nenhum veículo de comunicação escaparia da falência se precisasse pagar danos morais por ofensa a honra a todo político implicado em escândalos de corrupção.

A caracterização dos excessos da imprensa precisa ser inequívoca; é preciso haver não um erro, mas dolo ou negligência gritante, de modo que salte aos olhos o abuso no exercício da liberdade.

Na maior parte dos casos, instrumentos menos lesivos dão conta da situação, e muitos jornais, como esta *Folha*, já os adotam independentemente da Lei do Direito de Resposta: correção de erros constatados e espaço adequado à parte ofendida, entre outros.

OSTF deveria reconhecer os benefícios desse equilíbrio; do contrário, oferecerá subsídios judiciais a quem queira calar a imprensa — caminho certo para minar a democracia, de cuja defesa recente os ministros tanto se orgulham.

## Apagão da razão

Faltam esclarecimentos sobre blecaute, usado por governo e PT em ofensiva contra a privatização

A semana terminou sem que as autoridades responsáveis tenham obtido maiores avanços no esclarecimento do apagão que atingiu 25 estados e o Distrito Federal na terça-feira (15). A precariedade de informações, porém, não impediu que PT e governo fizessem exploração política rasa do episódio.

Até aqui, divulgou-se apenas que o problema teve início em uma linha de transmissão entre Quixadá (CE) e Fortaleza. Permanece nebuloso como o incidente deflagrou blecautes de alcance nacional — o que não deveria ocorrer.

Foram descumpridos prazos dos protocolos de informações sobre o evento, a cargo do Operador Nacional do Sistema (ONS). Na quinta-feira (17), o órgão anunciou que o Relatório de Análise da Perturbação será concluído em 45 dias, em vez dos 30 habituais.

Não há como subestimar o impacto do apagão, que poupou apenas o estado de Roraima, não participante do sistema integrado nacional. Houve até seis horas de transtornos, a depender da região, a partir das 8h31.

Para expoentes petistas, as agruras vividas pela população pareceram boa oportunidade para associar — sem nenhuma base técnica —

a falta de energia à privatização da Eletrobras, ocorrida em 2022 sob o governo Jair Bolsonaro (PL).

Destacou-se nas diatribes ninguém menos que a primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, ex-funcionária da ex-estatal.

Mais grave foi o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), engrossar a cantilena desinformada. Titular de uma pasta que mal justifica sua presença na Esplanada, Silveira reclamou da desestatização, aprovada pelo Congresso, especulou sobre causas do apagão, a serem apuradas pelo ONS, e prometeu punições, o que cabe à agência reguladora do setor.

Movido a ideologia estatista, corporativismo sindical e interesse em distribuir cargos para aliados, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenta recuperar o comando da Eletrobras com uma esdrúxula ação no Supremo Tribunal Federal.

Poucos fora da bolha governista levam a sério a iniciativa, mas o Planalto pôde contar na semana passada com o infalível parecer favorável do procurador-geral da República, Augusto Aras. Resta esperar que o STF proteja Lula de si mesmo e do pior de sua agenda passadista — por ora, felizmente, contida pelas imposições da realidade.



## Monstros

Hélio Schwartsman

Depois de ler a coluna de João Pereira Coutinho e o texto de Gabriel Trigueiro sobre "Monsters" na *Folha*, achei que deveria enfrentar a obra de Claire Dederer. Fiquei um pouco decepcionado. Não é que o livro não traga reflexões interessantes sobre como a biografia de artistas afeta a apreciação de sua obra. A autora começa mostrando como ela própria faz para conciliar sua ojeriza moral a Polanski, o "estuprador anal", com o fato de ele criar ótimos filmes. O que me incomodou em "Monsters" é que o tom é memorialista demais, a ponto de esconder o que deveria ser óbvio.

Ninguém exige que o judeu sobrevivente de campo de concentração aprecie Wagner ou que a militante feminista seja fã de Schopenhauer. Na verdade, ninguém precisa justificar por que não "conso-me" um determinado pensador ou artista. A vida é curta demais para ler, ver e ouvir tudo. Mas, para os que se propõem a analisar obras criticamente, penso ser indispensável pelo menos tentar separar

o autor do trabalho avaliado.

Ainda que num plano psicológico seja impossível fazê-lo inteiramente, a crítica é um exercício técnico em que as obras devem ser interpretadas como se fossem autônomas em relação a quem as criou. Se deixarmos que as biografias deem as cartas, não sobraria muita gente (essa é uma reflexão que Dederer faz; em algum grau, somos todos um pouco monstros, conclui ela). E é fácil ver que a posição moralista levaria a paradoxos. Basta lembrar que existem muitos cientistas cujo comportamento pessoal é reprovável, mas isso não invalida suas teorias.

Penso que a crítica tem um parentesco com o jornalismo. A objetividade é uma meta inatingível, mas nem por isso devemos nos dar por derrotados e já começar uma reportagem vestindo o chapéu do militante. Fazê-lo piora em vez de melhorar o jornalismo.

"Monsters", ao enfatizar demais a dimensão única de cada fã (ou hater), acaba atenuando o mais essencial. helio@uol.com.br

## Bolsonaro está vulnerável

Bruno Boghossian

A ameaça de confissão feita pela defesa de Mauro Cid produziu efeitos antes mesmo de o coronel decidir se vai realmente abrir a boca. O principal deles foi escancarar a condição de Jair Bolsonaro. O ex-presidente nunca esteve tão vulnerável.

O poder dava a Bolsonaro a proteção de órgãos de controle e uma generosa boa vontade no mundo político. Depois que ele deixou o Planalto, a blindagem se desfez rapidamente, e a luz do dia expôs segredos que submeteram o ex-presidente a um desgaste igualmente acelerado. Restaria a Bolsonaro um ativo importante para se resguardar: a lealdade de aliados fiéis que testemunharam seus passos ou estiveram envolvidos nas suspeitas que recaem sobre o ex-presidente. Se o mais próximo desses parceiros vacilasse, a muralha poderia cair de uma vez.

A jogada do novo advogado de Mauro Cid parecia ter o objetivo de reforçar essa mensagem. Assim que assumiu a defesa do coronel, Cezar Bittencourt afirmou que o ajudante de Bolsonaro só cumpria ordens.

## Cravinho e Joãozinho

Ruy Castro

Nas últimas semanas, tenho falado de Cravinho, o empresário baiano Jorge Cravo, uma espécie de Forrest Gump nacional, sujeito a se ver, de repente, ao lado de seus heróis da música popular. E, claro, sobre sua amizade de mais de 60 anos com seu conterrâneo João Gilberto.

A diferença é que, quando eles se conheceram, em 1949, em Salvador, João Gilberto tinha 18 anos e era recém-chegado de Juazeiro, onde, pouco antes, ainda pulava muros para roubar goiabas; e Cravinho, aos 21, era também recém-chegado, mas de Nova York, onde passara três anos estudando e escutando ao vivo os grandes da época, de Billie Holiday a Frank Sinatra, e os novos, que ele parecia descobrir antes de todo mundo, como os Mel-Tones de Mel Tormé, o Page Cavanaugh Trio e o revolucionário acordeonista e cantor Joe Mooney.

Foram os discos dessa turma — e os de Orlando Silva, admiração de ambos — que, nas muitas horas de vitrola entre eles na casa de Cravinho, ajudaram a educar o futuro

Também disse à revista *Veja* que o militar vendeu joias nos EUA a mando do ex-presidente e que o dinheiro havia sido repassado ao antigo chefe.

O doutor estreou com a manjada malícia dos advogados que tratam de casos sobre organizações criminosas. Lançou na praça a possibilidade de incriminar outros suspeitos com o objetivo de despertar o interesse da polícia e, em especial, avisar a outros investigados que não assumiria sozinho nenhuma acusação.

Dado o recado, o advogado ensaiou um recuo e deixou meias palavras no ar. Até que Cid resolvesse vai falar nos autos, a promessa tem pouco valor, mas deixa à mostra os buracos da defesa de Bolsonaro.

Se uma declaração simples de Cid sobre a ordem para a venda das joias e o destino do dinheiro pode ser considerada fatal, há poucos fios sustentando o ex-presidente. Afinal, a investigação já deixa poucas dúvidas sobre aquelas transações e ainda pode oferecer caminhos alternativos para esclarecer outras lacunas, sem uma única palavra do coronel.

## Um olhar a mais

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

"Quando for a hora certa, eu o Senhor farei acontecer." O versículo (Isaías 60:22), recém-invocado como guia pela ex-primeira-dama e autodeclarada aspirante à Presidência da República, deixa em suspenso o sentido de "acontecimento". Mas, em performance recente, pede à acompanhante, deputada federal, que retire sua prótese ocular. Aquiescente, a outra leva a mão ao rosto e entrega um olho de vidro, que a aspirante se apresta a guardar, como uma joia, no bolso do jeans. Então garante à plateia: "Esta é uma mulher que faz acontecer".

Meio século atrás, no programa "A Hora da Buzina", de Chacrinha, "acontecia" quem inserisse primeiro no nariz um carretel de linha. O pano de fundo populareco permitiu à emergente indústria da televisão granjear uma audiência de migrantes de primeira e segunda gerações nas periferias urbanas do Sul. Podia-se receber como prêmio um quilo de bacalhau ou um eletrodoméstico.

No palanque evangélico, a obtusidade ficou à demanda de um sentido. Exceto a garantia: fazer acontecer. À primeira vista, nada. Mas a mente aberta divisa uma lógica por trás desse tipo de ação, que tem tanto a ver com o cardápio de linguagem da extrema direita quanto com a semiose do espetáculo grotesco. "Acontecer" frente às câmeras de tevê era arranjar a superfície dos bons modos por meio de encenações que incitavam à hilaridade e excediam quase sempre as convenções do bom gosto.

Essa estética do rebaixamento, incipiente estratégia comunicacional da TV, conheceu o auge no programa do Chacrinha e em correlatos de menor talento. Mas funciona hoje também como lógica de contato da ultradireita com seguidores. Primeiro, com pretensa simplicidade pessoal: humildade de exibir deficiências, ignorância subindo à cabeça, clichês cristológicos. Segundo, em vez de alegria, ódio ativado por algoritmos.

Nessa lógica, dispor de apenas um olho não seria contingência, mas a essência de alguém. Escondendo a prótese, sem devolvê-la, a dama estaria comunicando algo essencial de uma identidade supostamente desinformada aos olhos da audiência. Teria feito "acontecer" uma verdade. Acompanhada de outra acolita, poderia pedir que narrasse a subida de Cristo na goiabeira. Ou, pulando, falaria em línguas com ministro terrivelmente evangélico.

Tudo adequado à fórmula originária. A diferença é que o grotesco televisivo nada escondia, era mera bufonaria à vista. Já os franca-tripas e as prima-donas de agora servem de tapa-olho a tenebrosas transações, civis e militares. Reluzem ouro e diamantes. Chacrinha buzinaría: "Roda!" Mas já existe convocação policial em curso. Por isso, na sabinca ácida das massas, circula o leonino "acontece sempre de manhã cedo (Federais, 17:10)".